

# Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

## A vocação sul-rio-grandense em ser brasileiro e a opção em negar o Prata: uma leitura da obra de Moysés Vellinho

Tatiana Zismann<sup>1\*</sup>

### RESUMO

Este artigo objetiva analisar em que consiste e como é articulada a identidade nacional do Rio Grande do Sul por Moysés Vellinho. Para isso, se analisará como o intelectual constrói por meio de sua crítica literária – assinada sob o pseudônimo Paulo Arinos, e em sua interpretação historiográfica, uma narrativa da identidade nacional para o Rio Grande do Sul e o gaúcho através do relacionamento de categorias como o *nós* e o *outro*. A análise dos dois discursos permite compreender como a preocupação nacionalista, sendo comum aos dois, os irmanará em objetivos que extravasam a crítica literária puramente formal e a interpretação histórica neutra – ou estritamente baseada em pressupostos científicos.

**Palavras-chaves:** Moysés Vellinho, identidade nacional, historiografia.

### ABSTRACT

This article aims to analyze into what consists as well as the articulation of the national identity of Rio Grande do Sul by Moysés Vellinho. In order to do it the building throughout his literary criticism will be analyzed – one made and signed under the pseudonym of Paulo Arinos, and in the interpretation of his historical textual production, a national narrative for both Rio Grande do Sul and the *gaúcho* through the relationship between categories like *we* and the *other*. The analysis of the two speeches allows to comprehend on how the nationalist concern being common to both, will unite them into objectives that go beyond the literary criticism which is purely formal as well as the neutral historical interpretation – or rigorously estimated in scientific affirmations.

**Key-words:** Moysés Vellinho, national identity, historiography.

O comprometimento de Moysés Vellinho<sup>2</sup>a uma causa, a de conferir uma identidade

---

<sup>1</sup> \* Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Este artigo é parte de minha dissertação defendida em 2006, financiada pela CAPES e intitulada: *A construção de uma referência de identidade nacional para o Rio Grande do Sul nos discursos crítico-literário e historiográfico de Moysés Vellinho*

<sup>2</sup> Moysés Vellinho nasceu em 1901 na cidade de Santa Maria (interior do estado do Rio Grande do Sul) e viveu até 1980 em Porto Alegre, onde teve seu nome perpetuado em um importante centro de documentação municipal, o *Arquivo Histórico Moysés Vellinho*. Nota-se, assim, o prestígio que seu nome alcançou no campo dos estudos historiográficos. Suas atividades intelectuais de maior expressividade foram a crítica literária e o ensaio historiográfico. Sua estréia como crítico se deu em 1922 no *Correio do Povo*, sob o pseudônimo Paulo Arinos, identidade abandonada ao proferir em julho de 1939, na Biblioteca Pública do Estado, uma conferência sobre aspectos da vida e obra de Machado de Assis, conferência esta que deu origem ao seu primeiro livro publicado pela *Globo* (VELLINHO, 1979:11), editora-livraria tradicional de Porto Alegre. A admissão como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS) em 1949, marca uma mudança de eixo nos interesses intelectuais de Moysés Vellinho. Tornada rara a sua função crítico-literária, passa a se aprofundar cada vez mais nos estudos históricos. Paulo Arinos, o nome que deu autoria aos trabalhos do crítico literário é solapado pelo de Moysés Vellinho, tornando visível outra máscara do autor, onde foi mantido, todavia, um mesmo interesse pela identidade nacional sulina, espécie de pano de fundo dos discursos. Sua primeira obra historiográfica foi *Capitania d'El Rei: aspectos polêmicos da formação rio-grandense*, publicada em 1964. Outro grande empreendimento foi a concepção, criação e direção da revista *Província de São Pedro*, que circulou nacionalmente entre 1945 e 1957, para quem contribuiu com inúmeros ensaios, além de assinar os editoriais.

calcada em referências nacionais para o Rio Grande do Sul e para o seu tipo representativo – o gaúcho – imprime características de índole subjetiva aos seus discursos. O testemunho do autor vem a confirmar essa peculiaridade apontada em sua obra: “dentro da desarticulação do que venho realizando, nas minhas horas de lazer literário, se há certa unidade, desde as primeiras manifestações até as mais recentes, é a busca de uma afirmação em face do meu horizonte social e afetivo” (VELLINHO, 1979:10). A afirmação social e afetiva do autor dá-se por intermédio do objeto por sobre o qual ele se debruçou em toda a sua obra, o Rio Grande do Sul, tomada como a *sua* região de análise, espécie de trincheira afetiva de enunciação de seu discurso. Moysés Vellinho quando se refere à região ou à nação, coloca-se intimamente dentro de seu discurso como evidencia a enunciação na primeira pessoa do plural:

*Quando se diz e repete que o Rio Grande é o único estado brasileiro por opção não encontro fundamento para tal afirmação. Somos brasileiros não por opção, mas por vocação histórica. Nascemos e crescemos brasileiros. Nunca poderíamos desertar de nós mesmos, sob pena de perdermos a nossa identidade histórica* (VELLINHO, 1979:11). [grifo nosso]

Mais importante do que a pura reconstrução factual da história sul-rio-grandense, o que parece interessar a Moysés Vellinho é a *consciência ativa do intérprete* arranjando os fatos e proporcionando sentido à reconstrução do passado. Esse traço é o responsável por dissolver as aspirações particulares do autor em sua obra, e direciona a atenção que deve ser despendida no estudo do modo como Moysés Vellinho constrói uma identidade nacional para o Rio Grande do Sul. A manipulação analítica da região e da nação nos discursos de Vellinho, dá-se pelo ângulo de quem as observa, não com a rigidez metódica dos que se pretendem neutros, mas, por meio do mergulho nas categorias em análise, característica que confirmará a concepção de Carlo Ginzburg de que, quanto maior o traço individual, menor a possibilidade de uma ciência rigorosa (1990).

Como explica Stuart Hall, sem a identidade nacional o sujeito moderno “experimentaria um profundo sentimento de perda subjetiva” (2005:48). A cultura nacional como uma comunidade imaginada, faz com que os cidadãos que nela vivam compartilhem sentidos, cujas representações influenciam as ações deles, estabilizando até mesmo as noções *particulares* dos mesmos (HALL, 2005). Essa assertiva abre caminho para compreender o empenho pessoal empregado na construção de uma identificação nacional para o Rio Grande

do Sul, mediante a qual Vellinho procurou coadunar a região sul-rio-grandense ao todo brasileiro por meio da naturalização de uma identidade nacional para a *sua* região.

A interpretação de Moysés Vellinho busca espantar concepções que tomavam o Rio Grande do Sul como terra *sem nenhum caráter*, ou de caráter dúbio porque de influência platina. Para rebater essas concepções, Vellinho definirá com tintas pesadas o traço luso-brasileiro da formação sulina, degradando à condição de periférico tudo o que for considerado desviante a esse caráter aglutinador, já que as particularidades sulinas seriam “sempre animadas por aquilo que se pode chamar – mais que instinto – consciência de integração nacional” (VELLINHO, 1962:116). Imbuído dessa consciência, Vellinho minimizará as particularidades locais para que estas não corrompam o movimento de integração nacional: “será que se pretende converter a história rio-grandense, tão inteiriça, tão vigorosa no seu sentido e suas afirmações, numa espécie de terra neutra, politicamente indiscriminada, sem caráter nacional?” (VELLINHO, 1970:120).

Na narrativa identitária nacional do Rio Grande do Sul construída por Moysés Vellinho, a manipulação da imagem do gaúcho, cuja nomenclatura é uma criação do intelectual urbano, como salienta Luiz Antonio de Assis Brasil (2004), evidencia como Moysés Vellinho cria o tipo representativo do sul-rio-grandense coadunando o termo *gaúcho* ao uso gentílico moderno<sup>3</sup>. Para isso, ele apreende o legado de essência portuguesa que moldou o tipo na origem e o estica temporalmente, fazendo com que a diversidade diacrônica seja atrelada à pureza da origem. É o essencial amarrando as ocorrências históricas para que elas não se desvinculem da linha projetada pela tradição. Por meio da transposição do gaúcho tradicional ao habitante gentílico sul-rio-grandense, iam sendo decantadas as referências de identidade sul-rio-grandense moderna. A necessidade de modernizar o gaúcho, levada a cabo pela crítica de Vellinho, integra um largo movimento interpretativo presente também em sua obra historiográfica, que buscou deslocar qualquer concepção particularista ou autonomista do Rio Grande do Sul que pudesse ser alienada dos quadros nacionais.

---

<sup>3</sup>A interpretação sobre a identidade do gaúcho foi inicialmente plasmada na crítica literária sobre o romance *Ruínas Vivas* e o volume de contos *Tapera* de Alcides Maya. A crítica de Vellinho, inicialmente publicada em 1925 sob o pseudônimo de Paulo Arinos, perpassa o tempo e alcança a crítica de Moysés Vellinho dos anos 40, mantidos os principais pontos de vista sobre a obra de Maya. As concepções de Vellinho sobre o que é o gaúcho são transpassadas, em suas principais linhas de interpretação, para o seu discurso historiográfico iniciado na década de 60.

Não parece ser com outros fins que não os de estabelecer pontos de parença entre o gaúcho e o brasileiro que Vellinho escreve a sua obra *O Rio Grande e o Prata: contrastes*, lançada em 1962<sup>4</sup>. A argumentação da obra se constrói pela confrontação antitética do gaúcho sul-rio-grandense e o platino, que são a todo instante comparados para daí, serem postos em lados distintos, alcançando, assim, o contraste essencial: “os homens do Rio Grande e do Prata, já marcados por um antagonismo atávico, seriam lançados uns contra os outros numa violenta reativação de rivalidades imemoriais, herança subjacente de velhas disputas peninsulares” (VELLINHO, 1962:8). Para tornar o gaúcho um tipo brasileiro, Moysés Vellinho precisou dissociar a imagem do gaúcho sul-rio-grandense do homólogo platino, cujo nominativo estaria a designar tipos antagonônicos: nós (gaúchos sul-rio-grandenses) estaríamos no lado de cá da fronteira, eles no lado de lá.

Ao fixar uma referência nacional para o Rio Grande do Sul, Moysés Vellinho elege qualidades de um sistema maior de representação, o Brasil, e as dilui no Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, elimina as possíveis características de outro sistema representativo que possam fazer frente ao sistema principal. Tem-se assim, no discurso de Vellinho, um Rio Grande do Sul que nega o mundo platino e afirma os apelos centralistas da nacionalidade. O intelectual, uma vez convencido da unilinearidade luso-brasileira da formação étnico-social do Rio Grande do Sul, instaura o diálogo relacional entre a parte e o todo, que vai estender o lastro luso-brasileiro *constituídor* do Brasil até a sua porção meridional para englobá-lo como parte orgânica. Aceitar o vínculo unilateral português implicou tomar o Prata como um elemento antagonista na narrativa de Vellinho, daí os embates estabelecidos entre as afirmações e negações de elementos presentes em dois sistemas de representação, um tomado como força contrária, marginal e circunstancial, e o outro convergente, central e permanente.

Até o fim do domínio espanhol na região dos Sete Povos das Missões em 1801, esta área estaria a serviço de uma tradição antagonônica, e “é por isso que a história que deles se conta, sempre voltadas suas armas contra os fundadores do Continente, não pode constituir um capítulo integrante da história rio-grandense, senão por artes de uma beata ou tendenciosa falsificação interpretativa” (VELLINHO, 1970:78). Devido ao antagonismo entre a empresa jesuítica e o mundo *luso-brasileiro*, o historiador concebe os postos missioneiros como intrusos numa área que a “fatalidade histórica pusera ao alcance do surto expansionista dos

---

<sup>4</sup>Esta obra publicada em 1962 se transforma em capítulo homônimo de *Capitania d’El Rei*, lançada dois anos depois. A transposição se dá mediante ligeiras alterações e é acrescida de alguns poucos parágrafos.

lusos brasileiros” (VELLINHO, 1970:79). O historiador extirpa, dessa maneira, um evento da formação histórica sulina por compreendê-lo unicamente sob o aspecto político, já que a área missioneira encontrava-se em terra projetivamente brasileira, que estava “destinada à complementação geográfica do sul do Brasil” (VELLINHO, 1957:9).

Um dos meios de extirpar a memória cultural missioneira era depreciando a etnia Guarani: “os rebanhos de guaranis que então cruzaram o rio, de regresso ao Tape, eram apenas os escarmentos sobreviventes de uma população desbaratada” (VELLINHO, 1962:29). Quando se deu o episódio da incorporação do território missioneiro para a jurisdição portuguesa, os indígenas reduzidos foram incorporados como ruínas à “nova história” (expressão do autor) a ser desenvolvida em território sul-rio-grandense – o que é uma forma de anular a presença indígena no Rio Grande do Sul – pois da “anexação dos Sete Povos ao Brasil em 1801 não suscitou nenhum processo de aculturação” (VELLINHO, 1970:94).

A interpretação da formação histórica do Rio Grande do Sul efetivada por Moysés Vellinho, necessita expurgar o legado dos Guarani da tradição sul-rio-grandense para daí erigir um elemento contrastante entre o gaúcho sul-rio-grandense e o gaúcho platino, tomados como antagonicos, em virtude deste último ser mestiço, segundo Vellinho. Em relação aos indígenas reduzidos, eles são, ou mortos pelas empresas bandeirantes, ou minimizados em importância racial na narrativa do historiador: “apesar da extraordinária empresa dos jesuítas, o certo é que a experiência daí resultante veio demonstrar que o guarani isoladamente, isto é, segregado dentro dos limites de sua raça, jamais poderia ser contado como fator ativo de civilização” (VELLINHO, 1962:32).

Contra os *desenganos* que concebiam o Rio Grande do Sul como híbrido de influência espanhola e portuguesa, bem exemplificado na posição do poeta Humberto Campos, para quem o Rio Grande nasceu espanhol e se tornou brasileiro ““mais por influência artificial da política do que pela força natural dos fenômenos sociais. [...] Foi o hispano-americano que, infiltrando-se com os raros indígenas poupados pelas guerras atizadas nas missões, deu ao povo rio-grandense uma psique e, quase, a língua que fala”” (Apud VELLINHO, 1970:10) Moysés Vellinho tinha todo um leque de argumentos contrários organizados numa bem fechada interpretação histórica para lhes fazer frente, asséptica, livre dos Guarani, jesuítas e espanhóis, e construída unicamente por meio das mãos de colonizadores do mesmo tronco étnico luso – a etnia-mestra da formação cultural brasileira. Moysés Vellinho manipula a

história, fazendo das Missões “capítulo frustrado” (expressão de Vellinho) da expansão espanhola, ao mesmo tempo em que toma o Rio Grande do Sul como produto da história nacional brasileira: “a única realidade é a nossa condição luso-brasileira que se impôs naturalmente” (VELLINHO, 1979:10). Moysés Vellinho ao apresentar o caráter luso-brasileiro da identidade sul-rio-grandense como “a única realidade”, absolutiza algo que não passa de uma representação cultural. A naturalização das apresentações da identidade é presente aos processos identificadores e corrompe a historicidade das representações, como explica Stuart Hall: “os elementos essenciais do caráter nacional permanecem imutáveis, apesar de todas as vicissitudes da história. Está lá desde o nascimento, unificado e contínuo, ‘imutável’ ao longo de todas as mudanças, eterno” (HALL, 2005:53).

Tudo o que poderia denotar opção foi tomado como circunstancial, que nada poderia perante o intemporal absoluto da vocação. Vocação e opção marcam valorativamente as posições assumidas mediante a “obsessão da diferença e pela hierarquia das distinções” (SANTOS, 1994:31) com relação ao Prata na narrativa de Vellinho. A opção como força antagonista acena de forma corrupta do outro lado da fronteira. Este *outro*, antagonista ao *nós*, marca o traço circunstancial historicamente assumido, já que tudo o que poderia ser interpretado como dúbio na formação sul-rio-grandense fora temporal e espacialmente circunscrito às formas plásticas assumidas pela vocação em sua linha ascendente à unificação do Brasil. A narrativa de Vellinho se construía dentro de uma das linhas demarcatórias da fronteira: “para quebrar o caráter de uma tradição, para corrompê-la nas suas próprias fontes, nada melhor que misturar, confundir valores que as forças da história puseram em conflito” (VELLINHO, 1957:8). Não se poderia optar pelo *outro* (o platino), quando se é tão visceralmente brasileiro, pois “uma tradição de sangue há de ir até depois que as feridas deixaram de sangrar” (VELLINHO, 1970:28).

Moysés Vellinho imobiliza o *fantasma* da *opção* castelhana no outro lado da fronteira e, quando este esteve em contato íntimo com o Rio Grande do Sul, como no caso da experiência missionária, esse passado foi expurgado da tradição em nome da homogeneidade. Ao desconsiderar a herança cultural dos Sete Povos, por esta ter-se desenvolvido sob a bandeira política espanhola, Vellinho vai alienar os indígenas, notadamente os Guarani, da tradição sul-rio-grandense<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup>Às vésperas do bicentenário da morte do índio Sepé Tiaraju em 1956, um oficial do Exército, o Major João Carlos Nobre da Veiga, sugeriu ao governador do Estado, a edificação de um monumento em homenagem ao

A homenagem presente na edificação de um monumento a Sepé Tiaraju conduziria, segundo Moysés Vellinho, a um “bifrontismo histórico incompatível com a veneração que devemos aos que, no passado, lutaram por conservar dentro das confrontações luso-brasileiras as terras do Rio Grande” (VELLINHO, 1957:155). Bifrontismo significa, no enunciado de Vellinho, a conciliação de fatores adversos na formação histórica sul-rio-grandense, já que havia duas frentes antagônicas em disputa pelas possessões territoriais meridionais. A experiência missioneira é um hiato temporal e espacial que deveria ser alienado da história sulina. Desta forma, Sepé era um elemento pertencente ao outro ciclo, que só não é estranho à tradição gaúcha, como Vellinho gostava de frisar, porque nela figurou como inimigo, um agente da “desintegração nacional” (VELLINHO, 1957:157).

O bifrontismo histórico conduziria, para Moysés Vellinho, à dupla identidade do Rio Grande do Sul, representada por uma imagem marcada por duas faces, com uma delas voltada ao *outro* platino. Essa dupla “visada”, possibilitada pelas duas frentes, corromperia a identidade nacional que se pretendeu única. No enfoque interpretativo de Vellinho, era impossível a acomodação de duas tradições antagônicas:

*Nem por sermos hoje, mais que bons vizinhos, amigos fraternais dos povos que nos cercam, devemos tolerar a distorção da história ao ponto de confundirmos no mesmo culto os nossos heróis de verdade e aquele que do campo contrário os combateram como inimigos?* (VELLINHO, 1957:7).

O conflito é posto, como se observa, no antagonismo do herói (ou heróis) e do anti-herói, que “estava vigorosamente no seu papel” político de “tenaz inimigo dos fundadores do Rio Grande” (VELLINHO, 1957:7). A auréola mítica que envolvia a imagem do *inimigo* Sepé Tiaraju que “altera e deforma, em suas linhas essenciais, a personagem real, única a ser vista e compreendida pela exegese da História” (VELLINHO, 1970: 121), não impediu que Moysés Vellinho operasse na *sua* interpretação histórica, o que condenava no lado oposto, ou seja, o reconhecimento mítico de sujeitos históricos. Pelo lado de cá, as personagens históricas,

---

índio reduzido. O governador solicitou a opinião sobre a pertinência do monumento aos membros do IHGRS que emitiram parecer publicado no *Correio do Povo* em 29 de novembro de 1955. O documento vem assinado por Afonso Guerreiro Lima, Moysés Vellinho e Othelo Rosa. Mansueto Bernardi salienta em sua obra *O primeiro caudilho rio-grandense* que a pertinência do monumento não evoca motivos de brasilidade pela parte do major, como o Instituto compreendera, já que a questão da brasilidade seria um anacronismo pelos idos de 1750. O pedido se fazia em “em termos de valor pessoal, de lutas, de glórias, de sacrifícios, de heroísmo, de apego à terra natal, de resistência”, encarnados por Sepé (BERNARDI, 1957: 49). Mas não foi por esses termos que Moysés Vellinho compreendera a questão.

norteadoras da identidade luso-brasileira, eram os únicos heróis possíveis de rememoração, personagens como os Pinto Bandeira e Cristóvão Pereira, tomados como os legítimos patriarcas do continente, os condutores épicos do destino da comunidade: “símbolos de integração e não de desintegração nacional” (VELLINHO, 1957:10). A clarificação do passado, no discurso historiográfico de Vellinho, objetiva assim, uma tomada de consciência subjugada às necessidades cívicas.

“Em face de Moysés Vellinho, de sua reflexão pousada, de seus gestos medidos, a gente como que voltava a compreender melhor a vida” (CESAR, 1981:9). Certamente a vida podia ser melhor compreendida porque Vellinho fez parte de uma época em que se podia guiar por sólidas referências construídas sob os auspícios da Modernidade. Se aceita a explicação de Roberto Damatta de que a nacionalidade é “também casa, [...] lar, memória e consciência de um lugar como o qual se tem uma ligação especial, única, totalmente sagrada” (DAMATTA, 2000:11), entende-se a manipulação da história do Rio Grande do Sul por Moysés Vellinho, que tomou este espaço como uma categoria afetiva de análise.

A atenção ao modo como Moysés Vellinho concebe a identidade nacional do Rio Grande do Sul permite compreender o seu discurso historiográfico não como maquiavelicamente deturpador da realidade, mas visceralmente empenhado em dotar a história sul-rio-grandense de valores subjetivos. Moysés Vellinho não se pretendeu neutro para se fazer historiador, pois a parcialidade era necessária para não negar a si e ao seu grupo. A imparcialidade era, como ele demonstrou em vários momentos da sua obra, inverossímil à matéria tratada. A sua abordagem do passado não se restringia a uma “[...] operação gratuita, de interesse puramente acadêmico. Ao contrário disso, ela busca responder ao desafio de um problema vivo, cheio de implicações políticas e sociológicas, e ainda exposto a freqüentes deformações” (VELLINHO, 1962:7). Sem esta perspectiva, não se compreendem as contradições observadas em sua produção, das quais a mais saliente é percebida na homogeneização da história do Rio Grande do Sul ao denominador-comum luso-brasileiro. Tal interpretação acabou por padronizar a região, um espaço que o intelectual compreendia como de autonomia relativa.

## REFERÊNCIAS

- ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. Entre a universalidade e o particular: a literatura ante as identidades regionais. In: SCHÜLER, Fernando e BORDINI, Maria da Glória (orgs.). **Cultura e identidade regional**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.
- BERNARDI, Mansueto. **O primeiro caudilho rio-grandense**: fisionomia do herói missioneiro Sepé Tiaraju. Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo: Globo: 1957.
- CESAR, Guilhermino. Prefácio. In: VELLINHO, Moisés. **Aparas do tempo**. Porto Alegre: Cia. União de Seguros Gerais, 1981.
- DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. **Mitos, Emblemas, Sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GUTFREIND, Ieda. **A historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 1998.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Tempo social**: revista de sociologia da USP. São Paulo, v. 5, n.1-2, p.31-52, nov.1994.
- VELLINHO, Moisés. **Aparas do tempo**. Porto Alegre: Cia. União de Seguros Gerais, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Capitania d'El rei**: aspectos polêmicos da formação rio-grandense. Porto Alegre: Globo, 1970.
- \_\_\_\_\_. Defesa do parecer da comissão de história. In: BERNARDI, Mansueto. **O primeiro caudilho rio-grandense**: fisionomia do herói missioneiro Sepé Tiaraju. Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo: Globo, 1957.
- \_\_\_\_\_. Editorial. **Província de São Pedro**, Porto Alegre, v. 21, 1957.
- \_\_\_\_\_. **O Rio Grande e o Prata**: contrastes. Porto Alegre: Globo/IEL, 1962.
- \_\_\_\_\_. **Um velho chefe de clã lusitano em terras gaúchas**. Porto Alegre. Correio do Povo, Porto Alegre, p.9-10, 06 jan.1979. Entrevista concedida a Antônio HOHLFELDT.